

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Dezembro de 2021

SUMÁRIO

RESUMO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	10
ANÁLISE NAS CIDADES	12
METODOLOGIA.....	17

RESUMO

O ano de 2021 encerra reforçando a mudança de comportamento das famílias catarinenses quanto ao nível de endividamento. Nesse período, a cautela e o menor consumo das famílias resultaram em um ciclo de mínimas históricas na taxa de endividamento em SC, comportamento distinto do cenário nacional. Em dezembro, as famílias endividadas em Santa Catarina atingiram 39,6%, o 5º menor resultado da série iniciada em 2013 e o menor no comparativo com igual período dos anos anteriores. No campo da inadimplência, o cenário é equivalente, o índice fechou em 7,7%, o 6º menor da série.

Ainda, nota-se um orçamento mais equilibrado das famílias ao analisar a percepção do nível de endividamento. Durante o ano, o grupo de famílias que indicavam percepção “Mais ou menos endividado” e “Muito Endividado” teve movimento de redução, enquanto ganha espaço a percepção “pouco endividadas”. As famílias “Muito Endividadas” representaram 4,0% no mês, o quinto menor resultado da série histórica.

Por outro lado, há um risco na trajetória de crescimento da parcela de renda comprometida por dívida, que encerrou o ano no maior valor da série histórica, ao situar-se em 37,0%. Isso mostra que embora o número de famílias endividadas seja reduzido, o patamar sobre a renda é alto, aumentando o risco de inadimplência. Reforça essa situação o elevado número de entrevistados com comprometimento de renda acima de 50%, o maior valor da série, ao alcançar 34,0% dos entrevistados em dezembro.

Ainda, a aceleração dos níveis de preços pode estar apertando o orçamento e motivando as famílias catarinenses a reforçar a renda por meio do crédito extra. No ano, as modalidades de dívidas com cartão de crédito, empréstimos consignados e pessoal, permanecem em níveis elevados e em patamares históricos. Por fim, em um cenário de maior liquidez e juros relativamente baixos, a categoria de financiamento de carros e de casas chegou a níveis maiores que a média dos anos anteriores.

2021 é marcado pelos menores níveis históricos de endividamento e inadimplência em Santa Catarina

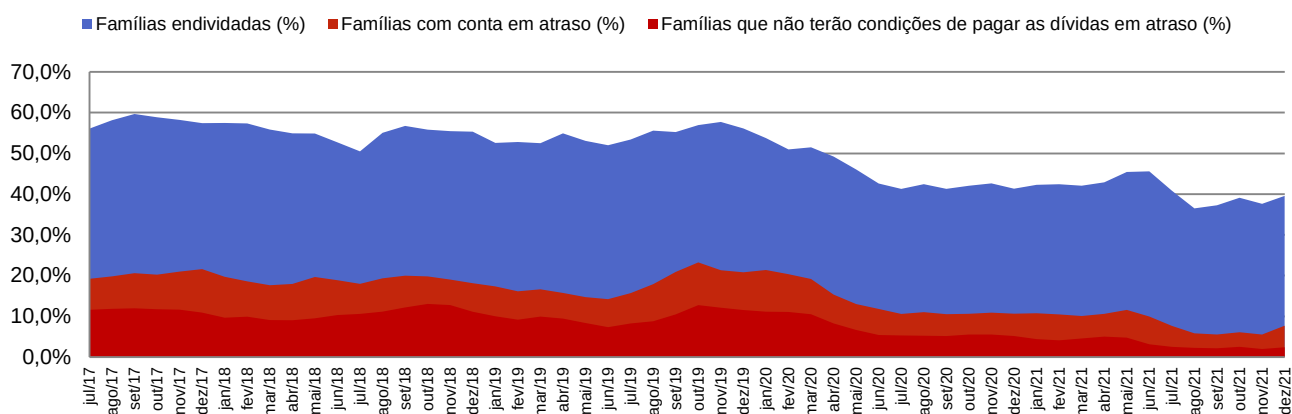
Situação da família	Meses						
	dez/19	dez/20	jan/21	mar/21	ago/21	nov/21	dez/21
Total de endividadas	56,1%	41,3%	42,3%	42,1%	36,5%	37,6%	39,6%
Dívidas ou contas em atraso	20,8%	10,6%	10,7%	10,1%	5,8%	5,5%	7,7%
Não terão condições de pagar	11,5%	5,2%	4,4%	4,6%	2,2%	2,0%	2,4%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

Em 2021, o endividamento das famílias seguiu trajetória de redução e, por isso, no segundo semestre do ano passou a estar em ciclo de mínimas históricas. Os seis menores resultados da série estão entre julho e dezembro de 2021, sendo que o menor índice foi alcançado em agosto, quando atingiu 36,5%. Em dezembro, a taxa de endividamento fechou em 39,6%, a 5º menor da série iniciada em 2013 e a menor no comparativo com igual período dos anos anteriores. Essa trajetória ocorre desde o início da crise sanitária no Estado. Em 2020, a média das famílias com dívidas alcançou 45,43%, resultado inferior ao da média de 2018 (55,2%) e 2019 (54,4%)- já em 2021 a média ficou em 40,96%.

No âmbito da inadimplência, o panorama é equivalente e a taxa ficou em 7,7% em dezembro, a 6º menor da série, e o menor resultado no comparativo com mês dos anos anteriores.

Síntese dos resultados desde 2017



Esse comportamento de Santa Catarina diverge do cenário nacional, já que segundo dados do Banco Central do Brasil (BACEN) o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses tem seguido movimento de alta e atingindo os maiores valores da série no segundo semestre, conforme o último dado publicado para a competência de setembro de 2021 alcançou 49,72%. Por outro lado, a inadimplência se mantém estável e controlada, condição similar aos resultados de Santa Catarina.

Muito embora os resultados estejam em patamar baixo, a taxa de endividamento avançou na passagem do mês em 1,9 pontos percentuais (p.p), mas o índice está a 1,8 p.p menor que dezembro de 2020. Ao comparar com dezembro de 2019, período anterior à crise da pandemia, a diferença é mais acentuada, com redução é de 16,6 p.p. Naquele momento a taxa de endividamento era de 56,1%.

Com esse resultado do mês não é possível definir mudança de tendência, mas pode ser reflexo da maior segurança dos consumidores e do movimento positivo nas vendas de Natal, ao qual segundo pesquisa da entidade, apontou acréscimo de 13,8 p.p nas compras parceladas frente a 2020, chegando a 35,60% das compras neste Natal, entretanto o resultado é inferior aos anos anteriores à pandemia (2018 - 41,50% e 2019 - 45,4%). A principal compra parcelada está relacionada ao cartão de crédito, variação positiva de 9,0p.p frente a 2020. A alta nas compras parceladas é um sinal de que os consumidores podem estar mais seguros quanto às condições econômicas do país e em situação financeira melhor

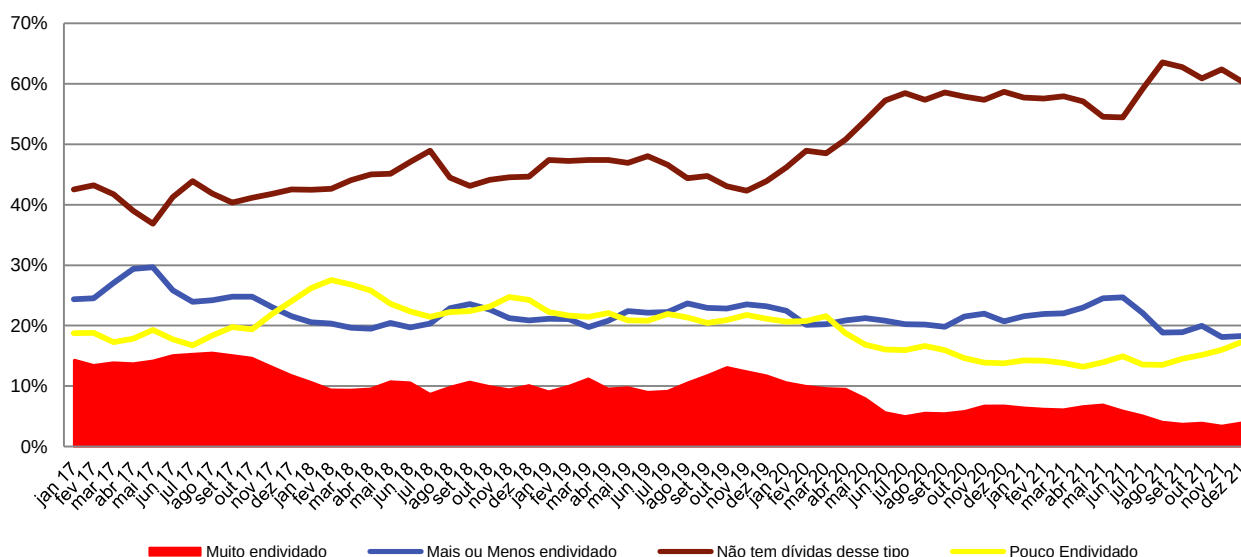
A taxa de inadimplência também ampliou diante de novembro, alta de 2,2 p.p. Na comparação com igual período de 2019, a queda é bem expressiva e alcança 13,1 p.p., ou seja, o número de famílias inadimplentes hoje é cerca de duas vezes menor. Ao analisar com dezembro de 2020, a redução é de 2,2 p.p, assim, o resultado reforça o movimento de controle do orçamento familiar que ocorre desde 2020. Em caminho similar se encontram as famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso (2,4%) para o mês de dezembro, alta de 0,5 p.p. diante do mês anterior.

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar de endividados, sendo que as famílias com até 10 salários mínimos (SM) alcançaram o maior nível, assim, a proporção do endividamento chegou a 42,2% no mês, acréscimo de 2,4 p.p na passagem mensal. Já para as famílias com renda acima de 10 SM, a taxa de endividamento foi de 30,5%, equivalente ao mês anterior.

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. Nota-se que o nível de endividamento está controlado e equilibrado, pois a percepção das famílias quanto às dívidas “Mais ou menos endividado” e “Muito Endividado” tiveram

movimento de redução durante o ano de 2021, enquanto, ganha espaço a percepção “pouco endividadas”.

Percepção do nível de endividamento



As famílias que se encontram na categoria muito endividada terminaram o ano representando 4,0%, queda de 2,8 p.p frente ao igual período do ano anterior. Esse é o quinto menor resultado já apresentado na série histórica e reforça o equilíbrio do orçamento das famílias. Ao comparar com a média dos anos anteriores, observam-se diferenças significativas (2017 -14,23%; 2018-9,97%; 2019-10,67% e 2020-7,44%), já que em 2021 a média ficou em 5,25%.

Já o grupo de famílias mais ou menos endividadas, o cenário é semelhante. Apesar da leve alta na passagem do mês (+0,02 p.p.), o ano fecha com queda de 2,4 p.p. frente ao mesmo período do ano anterior, passando de 20,7% para 18,3%.

Percepção do nível de endividamento							
Categoria	dez/19	dez/20	jan/21	mar/21	ago/21	nov/21	dez/21
Muito endividado	11,8%	6,8%	6,5%	6,2%	4,1%	3,5%	4,0%
Mais ou menos endividado	23,2%	20,7%	21,6%	22,0%	18,9%	18,1%	18,3%
Pouco endividado	21,1%	13,8%	14,3%	13,9%	13,5%	16,0%	17,3%
Não tem dívidas desse tipo	43,9%	58,6%	57,7%	57,9%	63,5%	62,4%	60,4%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

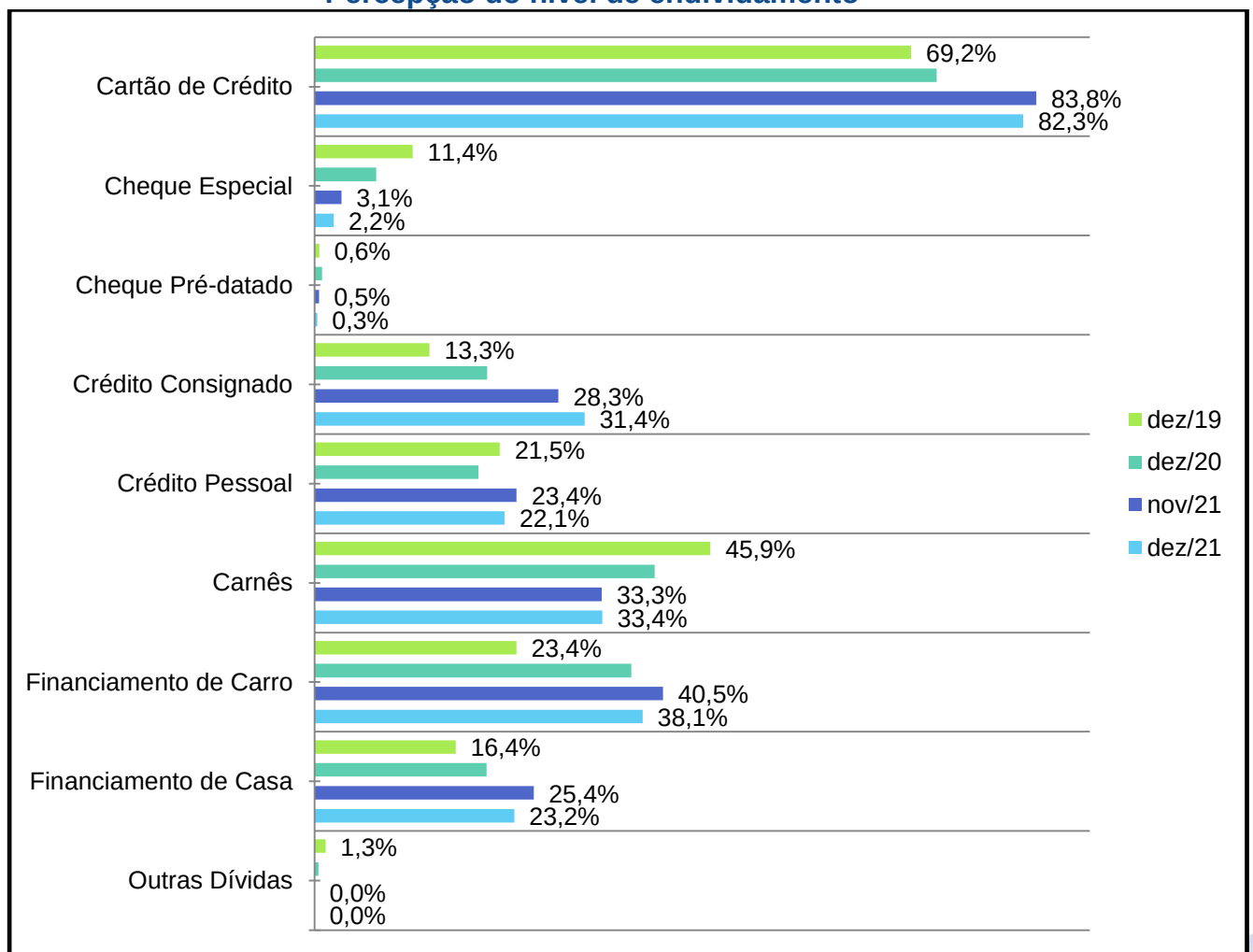
Para a percepção pouco endividada, o patamar do final de 2021 está inferior à média dos anos anteriores pré-crise (2018 -24,21%; 2019 – 21,3%), mas acima de 2020 (17,13%), ao atingir 17,3%. Ainda, na comparação com dezembro de 2020, é a única percepção que apresenta elevação, de 3,5 p.p.

Esse resultado confirma a mudança do contexto do endividamento das famílias catarinense, onde há queda das percepções de alto endividamento e elevação na de pouco endividamento.

Ao analisar os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se elevação em quase todas as categorias pesquisadas na comparação com igual período do ano anterior, as exceções foram as quedas no Carnê (- 6,1p.p) e Cheque Especial e Cheque Pré-datado. Essas duas últimas categorias têm pouca relevância na pesquisa, pois, apenas 2,2% e 0,3% dos entrevistados afirmam ter dívidas nessas categorias. .

Assim, nota-se que o ano de 2021 é marcado por elevação nos principais tipos de dívida, mas, sobretudo, para as categorias que representam uma alternativa de recomposição de renda e com acesso mais rápido, como cartão de crédito e crédito consignado. Essas condições podem ser reflexo da aceleração dos níveis de preços, que aperta o orçamento das famílias catarinenses e reforça a busca por renda extra por meio do crédito.

Percepção do nível de endividamento



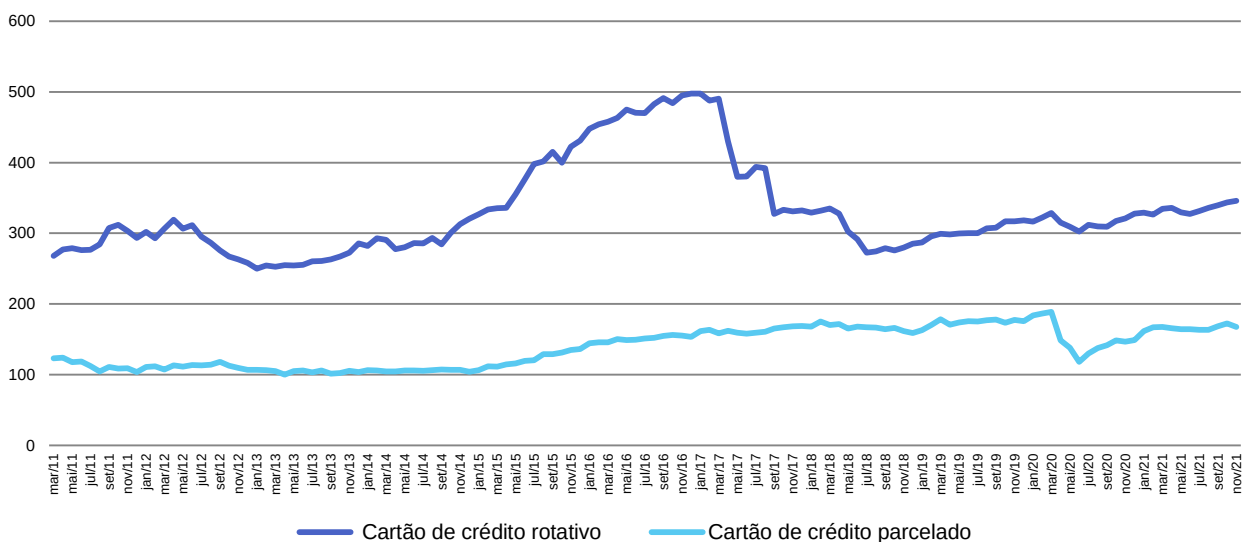
Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

O cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores e alcança 82,3% dos endividados em dezembro de 2021. Essa modalidade atingiu o maior nível histórico no mês outubro, depois desse pico, houve redução, entretanto, o resultado permanece sendo elevado e alcança o terceiro maior nível da série. Na comparação com igual período do ano anterior, o crescimento é de 10 p.p, assim, em 2021, o patamar do endividamento pelo cartão de crédito está alcançando os maiores níveis desde 2013, com média de 77,18% do ano, resultado que é superior aos períodos anteriores - (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019 e 71,8% - 2020).

Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. As faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes, e alcançam 79,3% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 92,2% para renda superior a 10 salários mínimos.

A alta desse tipo dívida, por hora não refletiu na ampliação da inadimplência, mas é um sinal de alerta ao orçamento das famílias catarinenses, sobretudo, pela magnitude da taxa média do cartão de crédito rotativo e parcelado, que alcançou em novembro patamar de 346,12% a.a. e 167,46% a.a., respectivamente.

Taxa média de juros do Cartão de crédito - Pessoas físicas (% a.a.)



O crédito consignado e o crédito pessoal têm panorama semelhante, ao atingirem em 2021 os patamares elevados na comparação da série histórica. No caso do crédito consignado, renovou no mês de dezembro o maior valor da série histórica, e representa 31,4% das dívidas dos entrevistados. Na comparação com dezembro de 2020, houve forte acréscimo de 11,3 p.p, além disso, a média

do ano corrente foi de 23,23%, também superior aos anos anteriores (2020 - 18,27%; 2019 - 14,03%; 2018 e 2017 - 14,34%; 2016 - 11,70%).

Do lado do crédito pessoal, ao representar 22,1% dos entrevistados, alta de 3,0 p.p. diante de igual período do ano anterior, o resultado é o terceiro mais alto da série. Assim, é possível inferir que as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra devido à redução do poder de compra causado pela aceleração dos níveis de preços, especialmente, nos itens das principais despesas das famílias, como a alimentação no domicílio, a energia elétrica residencial e combustível, dentre outros. .

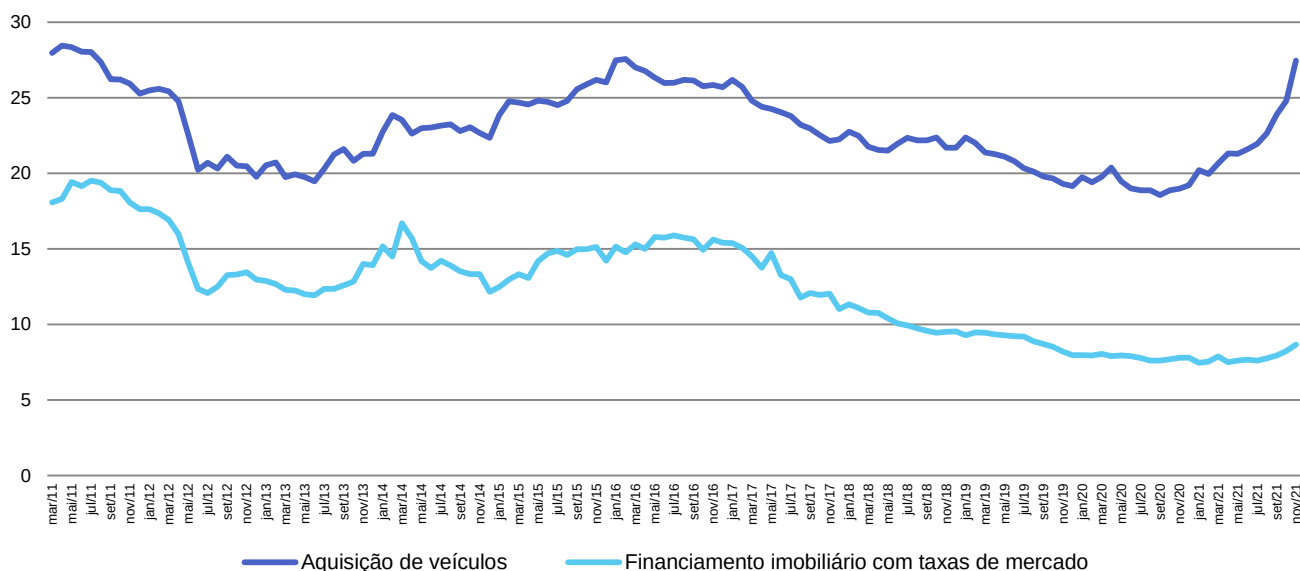
Já a utilização dos carnês, a terceira dívida mais citada pelos entrevistados no mês, reduziu na comparação com dezembro de 2020, queda de 6,1 p.p. nota-se movimento oposto ao cartão de crédito, crédito consignado e crédito pessoal, ao alcançar 33,4% dos entrevistados, o resultado é inferior à média dos anos anteriores (2020 - 40,79%; 2019 - 45,01%; 2018 - 41,10%).

Em 2021, o cenário de maior liquidez e juros relativamente baixos, os financiamentos de carros e de casas chegaram a níveis maiores que a média dos anos anteriores. O financiamento de carros foi a segunda categoria mais citada em dezembro ao atingir 38,1% dos entrevistados com dívida, crescimento de 1,3 p.p. frente a igual período do ano anterior. Ainda, a média do ano foi de 40,2%, resultado superior à média relativa aos anos de 2020 (33,02%), 2019 (26,05%), 2018 (27,88%), 2016 (30,62%);

Com relação ao financiamento de casa, houve alta de 3,2 p.p. frente a igual mês do ano anterior, passando de 19,99% para 23,2% dos entrevistados. O resultado mantém-se em níveis elevados ao comparar com os anos anteriores (média em 2018 foi de 20,68%, 2019 de 18,99% e 2020 de 18,06%); já que em 2021 fechou com média de 22,86%. Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 9,25%, resultando no aumento do custo de captação das instituições financeiras que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de juros de cobradas pelos bancos levam um período mais longo para se adaptarem ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo para esses itens para evitar taxas de juros maiores.

A taxa média de juros das operações de crédito para pessoas físicas no financiamento imobiliário com taxas de mercado alcança em média entre janeiro e outubro de 2021, 7,79% ao ano, valor inferior aos resultados médios de 2020 (7,8%) e 2019 (9,0%), mas já é possível perceber elevação durante esse período, já que a taxa passou de 7,45% a.a. em janeiro para 8,65% a.a. em novembro. Da mesma forma, o movimento de alta ocorreu na taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres para aquisição de veículos, que chegou a 27,45% a.a. em novembro, alta de 7,24 p.p. diante de janeiro (20,21% a.a.) O Cheque pré-datado, Cheque especial e Outras Dívidas continuam sendo as fontes menos usadas.

Taxa média de juros de operações de crédito- Pessoas físicas (% a.a.)

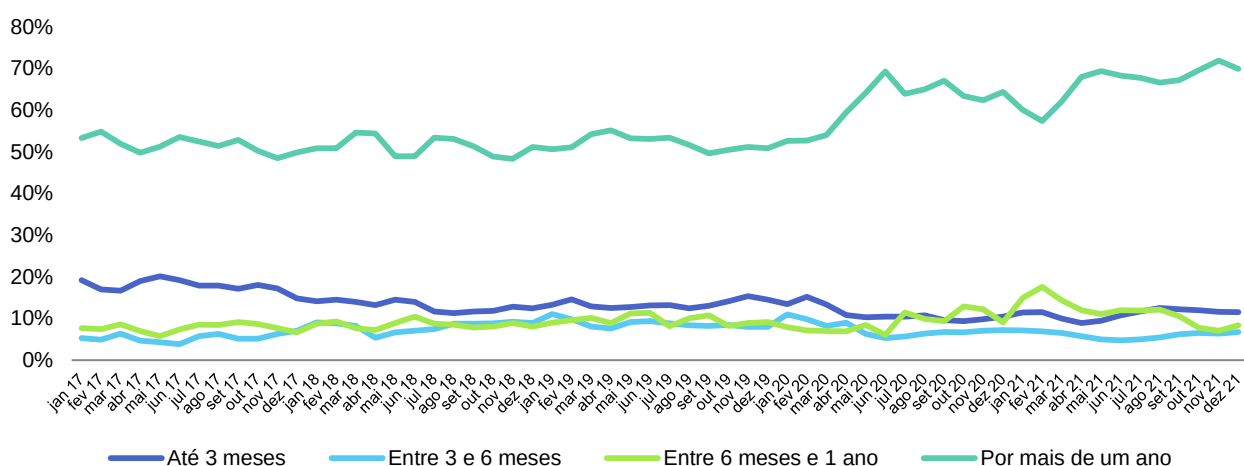


O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 10 meses no encerramento de 2021, resultado similar ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo. Após atingir máxima histórica para o comprometimento acima de 1 ano em novembro, ao representar 71,9% dos entrevistados, houve queda em dezembro neste grupo. Porém, o resultado do mês é o segundo maior da série, ao representar 69,9% dos entrevistados, inclusive esse patamar é superior à média dos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%).

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	nov/21			dez/21		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	11,6%	10,1%	21,7%	11,6%	10,1%	20,7%
entre 3 e 6 meses	6,4%	6,8%	4,6%	6,8%	7,1%	5,9%
entre 6 meses e 1 ano	7,1%	8,4%	3,3%	8,4%	7,5%	9,3%
por mais de um ano	71,9%	70,7%	70,5%	69,9%	71,0%	63,5%
Não sabe / Não respondeu	3,0%	4,0%	0,0%	3,3%	4,3%	0,6%
Tempo médio em meses	10,0	10,1	9,3	10,0	10,1	9,1

Nota-se que essa ampliação pode estar relacionada às modalidades de financiamento de carro e imóveis que se configuram em patamares elevados. Nesse ponto, por mais que os dados indiquem que a nível de endividamento seja equilibrado, dívidas de longo prazo exigem maior controle orçamentário das famílias, especialmente, necessidade de reservas emergenciais, para conter eventuais situações.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)

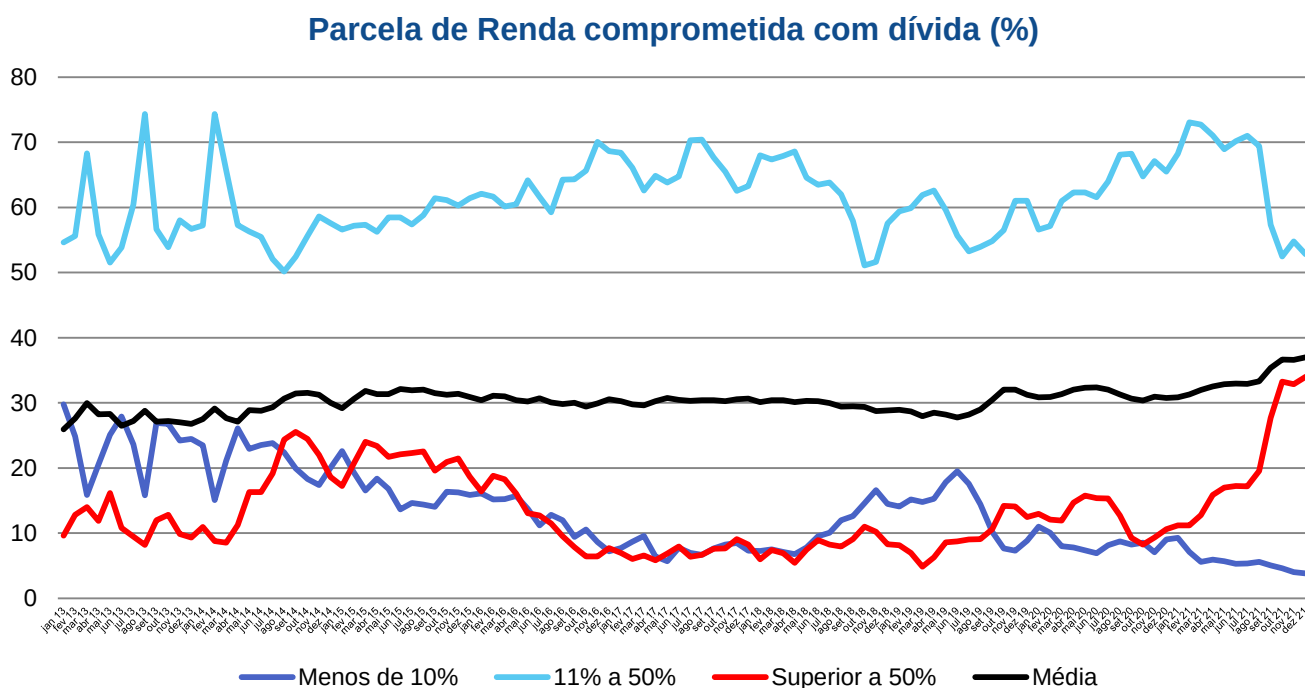


Para o agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida, também ganhou espaço e é o segundo mais representativo dentre os grupos. Na comparação com 2020, houve alta de 1,06 p.p, passando de 10,49% para 11,55%. No ano, a média foi de 11,15%, resultado inferior aos períodos anteriores (2018 -13,03%; 2019 – 13,53%). Por outro lado, há um movimento de redução para o grupo entre 6 meses e 1 ano, que iniciou o ano em 14,92% e reduziu para 8,04%.

Embora ocorra redução no nível de famílias endividadas, há um alerta sobre o comprometimento da dívida em relação à renda. Durante o ano de 2021, a parcela de renda comprometida esteve em trajetória de crescimento, por isso, o índice passou de 30,8% em dezembro de 2020 para 37,0% no final de 2021, elevação de 6,2 p.p. Com esse resultado do mês, o índice permanece no maior patamar desde o início da série histórica (janeiro de 2013), resultado que é superior à média dos anos anteriores (2020 foi de 31,31%; 2019 foi de 29,4%; 2018 foi de 29,7%).

Além disso, nota-se tendência de crescimento, segundo os entrevistados, para o comprometimento de renda acima de 50% desde dezembro de 2020. No mês, a taxa foi de 34,0%, o maior valor da série e supera de maneira muito intensa as médias dos anos anteriores (2020 foi de 12,3%; 2019 foram de 9,41%; 2018 foram de 8,06%), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Ainda, 52,8% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, nível

equivalente para as faixas de renda abaixo de 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.



ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, fechou 2021 no sexto menor resultado da série histórica, ao atingir 7,69% em dezembro. Na comparação com igual período do ano anterior, há redução de 2,95 p.p, já com relação a 2019, a queda é muito mais consistente, diferença de 13,12 p.p, naquele momento, a taxa era de 20,81%.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	nov/21			dez/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	47,4%	48,2%	64,0%	43,7%	40,8%	51,5%
sim, em parte	17,0%	16,2%	27,0%	25,2%	20,9%	38,3%
não terá condições de pagar	35,6%	35,7%	9,0%	31,1%	38,4%	10,3%
não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	2,0%	2,4%	0,1%	2,4%	3,4%	0,4%

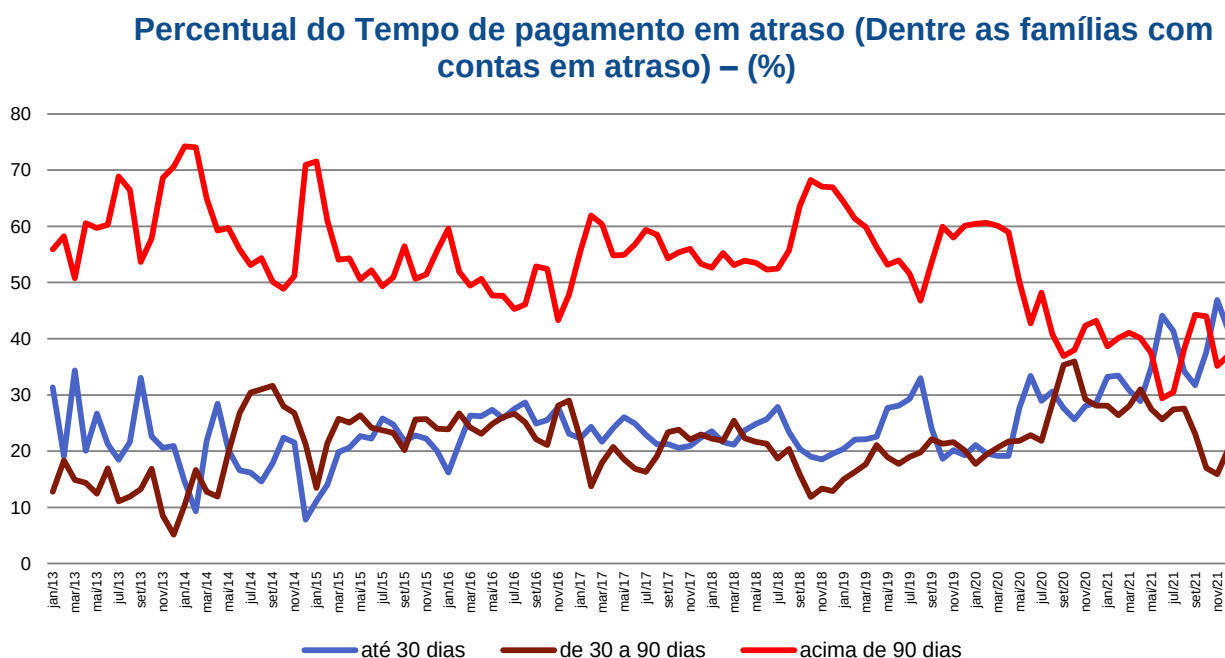
Desde o início da pandemia, esse indicador apresenta tendência de redução na comparação com os anos anteriores. No ano, a média da inadimplência é de 8,47%, resultado inferior à média dos anos anteriores (13,77% em 2020, 17,88% em 2019, 18,87% em 2018, 20,32% em 2017). A melhora dessas percepções pode ser atribuída à medida de manutenção de emprego e renda, o auxílio emergencial e as ações do sistema financeiro. Em relatório de estabilidade financeira, divulgado pelo Banco Central do Brasil, indica que as instituições financeiras estão controlando a inadimplência com base em “massivas campanhas de prorrogação e renegociação de dívidas e pela maior seletividade nas novas operações”.

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 8,8% dos entrevistados. Do outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 3,8%; Em sentido equivalente, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas diminuiu na comparação com dezembro de 2020, passando de 5,15% para 2,39%, o quarto menor resultado da série histórica.

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, a média se reduziu de 69,4 dias em março de 2020 para 52,3 dias no encerramento de 2021. Esse resultado é o quarto menor da série histórica e reflete o maior equilíbrio do orçamento das famílias. A média do ano de 2021 foi de 54,9 dias em atraso, cenário inferior aos anos anteriores (2020 62,96; 2019 - 66,20; 2018 - 67,30; 2017 - 66,85; 2016 - 66,59).

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	nov/21			dez/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	46,9%	42,4%	64,0%	41,7%	37,1%	55,8%
de 30 a 90 dias	15,9%	16,7%	18,0%	20,3%	20,4%	19,5%
acima de 90 dias	35,2%	38,2%	18,0%	37,0%	41,2%	24,7%
Não sabe / Não respondeu	2,0%	2,6%	0,0%	1,1%	1,4%	0,0%
Tempo médio em dias	49,2	52,2	36,6	52,3	55,6	42,3

Esse novo contexto do tempo médio em atraso é notado no movimento de redução do grupo de inadimplentes acima de 90 dias, que foi preponderante desde o início da série histórica até o mês de julho de 2021, condição revertida para maior parte dos consumidores no grupo de até 30 dias.



Em dezembro, essa modificação permanece já que 41,7% das famílias que estão com dívidas em atraso de até 30 dias e 37,0% acima de 90 dias. Além disso, existe uma diferença na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (42,3 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 55,6 dias.

ANÁLISE NAS CIDADES

Ao analisar as cidades pesquisadas, o encerramento de 2021 apresentou comportamento distinto na passagem do mês, com alta para as cidades de Joinville (+4,0 p.p) e Florianópolis (+ 3,3 p.p), mas queda em Blumenau (-0,7 p.p) e Chapecó (1,6 p.p). Por outro lado, na comparação com igual período do ano anterior, a trajetória de redução conforme observado ao nível estadual ocorreu de maneira equivalente em duas cidades, exceto em Florianópolis e Chapecó, que aumentaram 10,4 p.p e 4,4 p.p, respectivamente. A maior queda entre 2020 e 2021, com base no mês de dezembro foi para Blumenau (-12,7 p.p), seguida de Joinville (- 6,5 p.p). Já no âmbito da quantidade de endividados, há patamares distintos nas cidades, sendo Florianópolis a com maior nível no mês de dezembro, chegando a 62,2%, resultado superior ao nível estadual.

No âmbito das famílias inadimplentes a trajetória é similar ao comportamento do nível estadual, com queda em todas as cidades pesquisadas na comparação com dezembro de 2020. Esse resultado mostra que a redução das dívidas em atraso é uma característica homogênea nas famílias catarinenses. No mês, nota-se que Florianópolis permanece sendo a que apresenta o maior índice de inadimplência (16,2%), resultado equivalente aos demais meses anteriores.

Situação das Famílias	Dezembro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	27,7%	31,2%	32,0%	62,2%
Dívidas ou contas em atraso	3,2%	4,2%	6,9%	16,2%
Não terão condições de pagar	1,1%	1,3%	2,0%	5,3%

Em relação à percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, apresentou movimento de queda diante de dezembro de 2020, nas cidades pesquisadas, exceto em Chapecó. Apesar da alta na cidade de Chapecó, o grupo de famílias que estão “muito endividadas” é o menor dentre as demais percepção de endividamento em todas as cidades, portanto, a possibilidade de ampliar a inadimplência tende a ser menor e curto e médio prazo.

No mês, nota-se que a cidade de Florianópolis, destoa das demais, ao concentrar 44,5% dos entrevistados no grupo de “pouco endividadado”, assim, muito embora o nível de endividamento seja elevado no município, a dívida dessas famílias demonstra estar sob controle e equilíbrio. Já, nas demais cidades da pesquisa, o perfil das famílias endividadas está concentrado no grupo “mais ou menos endividadado”.

Nível de endividamento	Dezembro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	2,4%	6,5%	4,0%	4,2%
Mais ou menos endividadado	14,9%	22,4%	23,3%	13,5%
Pouco endividadado	10,3%	2,3%	4,7%	44,5%
Não tem dívidas desse tipo	72,3%	68,8%	68,0%	37,7%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado

equivalente ao nível Estadual. Inclusive, todas elas tiveram aumento frente a dezembro de 2020, com destaque para as fortes altas Joinville (+15,2 p.p) e Florianópolis (+8,3 p.p). Esse mesmo cenário também ocorre para as dívidas com crédito pessoal. Já o crédito consignado, somente, em Florianópolis (-1,9 p.p) não teve alta frente a igual período do ano anterior. Portanto, o reforço da renda ou a necessidade de recurso de emergência fez crescer a busca pelo crédito extra nas cidades pesquisadas.

Quanto ao financiamento de carro e de casa, muito embora permaneça sendo uma das principais dívidas citadas pelos consumidores nas cidades houve cenários distintos nos municípios. Na análise anual, a cidade de Chapecó se destaca pelas fortes elevações de 43,4 p.p e 35,0 p.p, respectivamente. Enquanto, a cidade de Florianópolis apresenta redução de 1,8 p.p no financiamento de carro e queda de 1,0 p.p no financiamento de casa.

Tipo de dívida	Dezembro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	83,06%	78,30%	80,78%	85,01%
Cheque especial	0,00%	3,10%	1,88%	4,16%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,94%	0,00%
Crédito consignado	29,35%	65,09%	43,33%	4,33%
Crédito pessoal	25,71%	25,77%	31,87%	5,84%
Carnês	36,28%	23,25%	30,78%	38,44%
Financiamento de carro	26,33%	90,53%	53,26%	7,42%
Financiamento de casa	28,00%	53,33%	19,44%	10,29%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,14%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas, o ano fecha similar para os municípios pesquisa. A resposta preponderante dos entrevistados é “dívidas por mais de um ano”, concentrando cerca de 80% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville, exceto para Florianópolis. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa, sendo que a maior parte das famílias (37,15%) está concentrada no grupo de até 3 meses. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos quatro meses de 2021, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,1 meses. Nesse requisito, na comparação com 2020, não houve variações significativas, assim, as características do encerramento de 2021 são similares às do ano passado.

Dezembro				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	1,17%	0,00%	1,54%	37,15%
Entre 3 e 6 meses	1,17%	0,00%	0,60%	21,81%
Entre 6 meses e 1 ano	13,41%	8,73%	1,80%	11,66%
Por mais de um ano	84,24%	88,17%	88,25%	28,40%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	3,10%	7,81%	0,98%
Tempo médio em meses	11,4	11,7	11,7	6,1

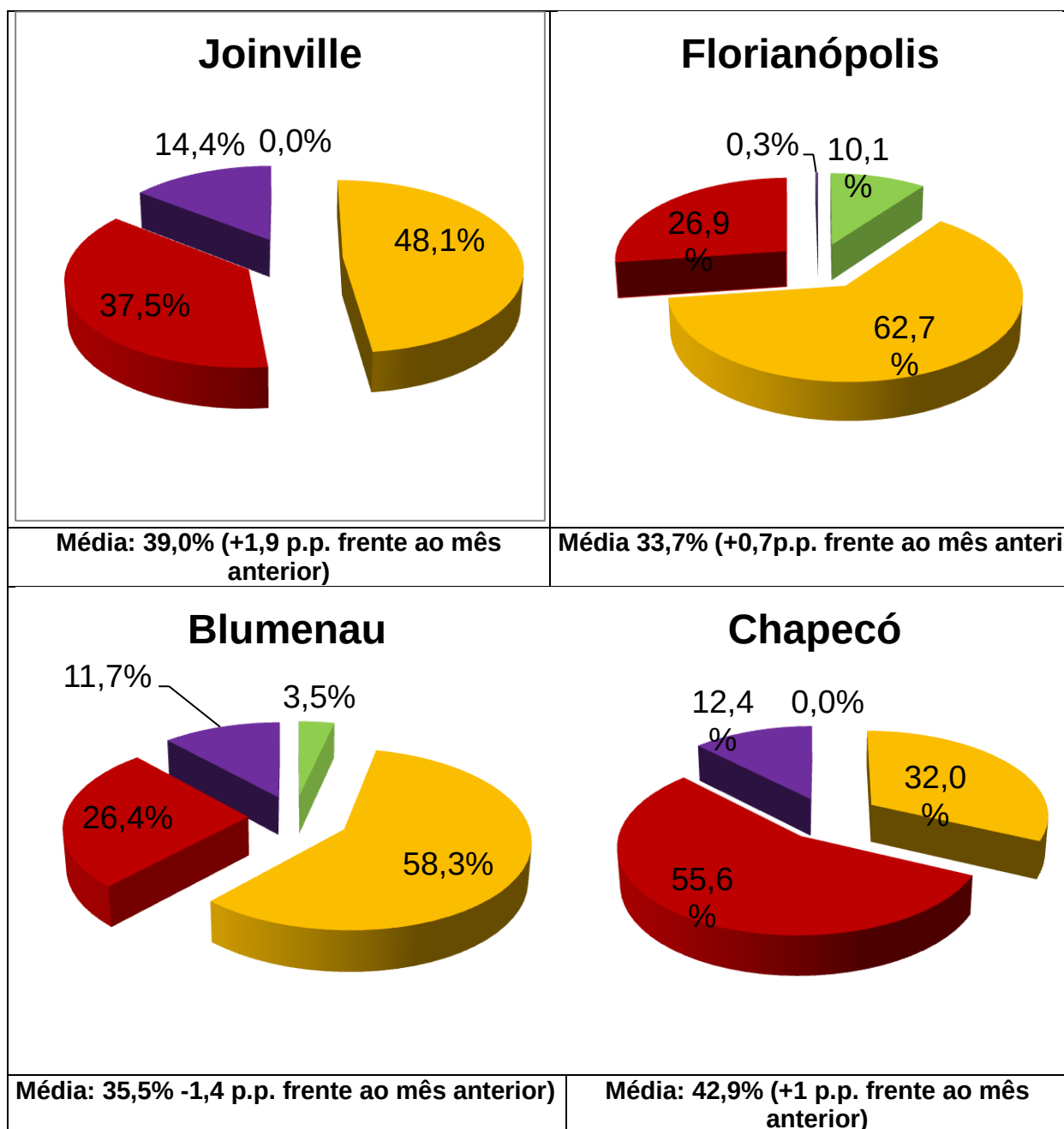
A desagregação dos dados relacionados à inadimplência, sobretudo, quanto à média de dias de atraso no pagamento das contas, demonstra movimentos divergentes por cidade, sendo que Florianópolis apresenta o maior média de dias em atraso (61,2 dias) e Chapecó a menor média (45,2 dias). Muito embora o cenário seja distinto, na comparação anual, o movimento de redução na média de atrasos é homogêneo para a maioria das cidades pesquisadas, exceto para Florianópolis, que ampliou em 3,2 dias o pagamento das dívidas. Do outro lado, Chapecó e Blumenau foram as cidades que mais diminuiram os dias de atraso no pagamento das dívidas no comparativo com dezembro de 2020, -14,8 -13,3 dias, respectivamente.

Dezembro				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	44,28%	53,50%	48,34%	26,41%
De 30 a 90 dias	11,25%	15,50%	21,13%	29,16%
Acima de 90 dias	44,46%	31,00%	28,18%	43,51%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	2,35%	0,91%
Tempo médio em dias	53,4	45,2	46,4	61,2

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que avançou em nível estadual e renovou a máxima histórica, apresentou movimento equivalente em duas cidades analisadas, com destaque de maior intensidade de alta em Joinville (+1,9 p.p.). Somente, a cidade de Blumenau apresentou queda de 1,4 p.p na média de renda comprometida com dívida e a cidade de Joinville permaneceu estável.

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se

observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda em três cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (55,6%).

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.